

**Paradigma social emergente**  
*A educação como instrumento de inclusão digital*

Rodrigo Leite Rodrigues<sup>1</sup>  
Elizângela Maia Braga<sup>2</sup>  
Antônio Germano Magalhães Júnior<sup>3</sup>

**Resumo:** O atual momento em que a sociedade vive caminha a passos largos para a digitalização de processos básicos como o acesso à informação, canais de comunicação e programas do governo, entretanto, esse processo não atenta para as questões envolvendo inclusão digital. Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da educação dentro do contexto de inclusão digital como instrumento de garantia dos direitos sociais dos cidadãos. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa de literatura. Realizou-se a busca através do acesso remoto ao conteúdo assinado, a partir do acesso CAFe – Comunidade Acadêmica Federada, provido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para instituições federadas, através da Universidade Estadual do Ceará. Os critérios de inclusão foram artigos completos publicados e indexados no referido banco de dados nos últimos 5 anos e escritos em inglês ou português, o que nos rendeu, após a seleção e aprofundamento na leitura, um total de 6 artigos. Concluiu-se, que a inclusão digital pode ser encarada como um agente de inclusão social, haja vista que o acesso a tecnologia e a internet se faz necessário nas atividades diárias dos sujeitos. De tal forma, espera-se que as escolas estejam na vanguarda desse paradigma emergente conferindo práticas pedagógicas que auxiliem os estudantes a se apropriarem dos métodos empregados no uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

**Palavras-chave:** Inclusão digital; Exclusão digital; Tecnologias digitais; Cultura digital.

**Emerging Social Paradigm**  
**education as an instrument of digital inclusion**

**Abstract:** The current moment in which society lives is making great strides towards the digitization of basic processes such as access to information, communication channels and government programs, however, this process does not pay attention to issues involving digital inclusion. Therefore, the present study aims to analyze the importance of education within the context of digital inclusion as an instrument to guarantee the social rights of citizens. The methodology used was the integrative literature review. The search was carried out through remote access to the signed content, from CAFe - Federated Academic Community access, provided by the National Education and Research Network (RNP) for federated institutions, through the State University of Ceará. Inclusion criteria were complete articles published and indexed in the aforementioned database in the last 5 years and written in English or Portuguese, which yielded us, after selection and further reading, a total of 6 articles. It was concluded that digital inclusion can be seen as an agent of social inclusion, given that access to technology and the internet is necessary in the daily activities of the subjects. In this way, it is expected that schools are at the forefront of this emerging paradigm, providing pedagogical practices that help students to appropriate the methods used in the use of information and communication technologies (ICT).

**Keywords:** Digital inclusion; Digital exclusion; Digital technologies; Digital culture.

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Laboratório de Analítica, Tecnologia Educacional e Software Livre, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4048-1155>, e-mail: [rodrigo.leite@educacao.fortaleza.gov.br](mailto:rodrigo.leite@educacao.fortaleza.gov.br)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Laboratório de Analítica, Tecnologia Educacional e Software Livre, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2142-4519>, e-mail: [elizangela.braga@aluno.uece.br](mailto:elizangela.braga@aluno.uece.br).

<sup>3</sup> Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0988-4207>, e-mail: [germano.junior@uece.br](mailto:germano.junior@uece.br)



**Paradigma Social Emergente  
la educación como instrumento de inclusión digital**

**Resumen:** El momento actual que vive la sociedad avanza a pasos agigantados hacia la digitalización de procesos básicos, como el acceso a la información, los canales de comunicación y los programas gubernamentales. Sin embargo, dicho proceso no siempre considera las cuestiones relacionadas con la inclusión digital. Por lo tanto, el presente estudio tiene como objetivo analizar la importancia de la educación en el contexto de la inclusión digital como instrumento para garantizar los derechos sociales de los ciudadanos. La metodología utilizada fue la revisión integrativa de la literatura. La búsqueda se realizó mediante acceso remoto al contenido suscrito, a partir del acceso CAFé – Comunidad Académica Federada, proporcionada por la Red Nacional de Educación e Investigación (RNP) para instituciones federadas, a través de la Universidad Estadual de Ceará. Los criterios de inclusión fueron artículos completos publicados e indexados en dicha base de datos en los últimos cinco años y escritos en inglés o portugués, lo que resultó, después de la selección y profundización en la lectura, en un total de seis artículos. Se concluye que la inclusión digital puede ser entendida como un agente de inclusión social, dado que el acceso a la tecnología y a Internet es necesario en las actividades cotidianas de los sujetos. De esta forma, se espera que las escuelas estén a la vanguardia de este paradigma emergente, promoviendo prácticas pedagógicas que ayuden a los estudiantes a apropiarse de los métodos empleados en el uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC).

**Palabras-clave:** Inclusión digital; Exclusión digital; Tecnologías digitales; Cultura digital.

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória social da civilização humana é tão antiga quanto o surgimento dos primeiros aparatos tecnológicos, principalmente por que a criatividade humana foi a grande responsável por engendrar as mais diferentes tecnologias ao longo da história da humanidade. Contudo, a história da humanidade nunca assistiu a um desenvolvimento tecnológico e científico tão acelerado quanto o presenciado nas últimas décadas, ocasionando uma transformação completa da sociedade como a concebemos e tornando a tecnologia parte essencial de nossas vidas por criarem uma nova forma de cultura, denominada por Pierre Lévy (1999) de “cibercultura”<sup>4</sup> e por André Lemos (2022; 2009) de “cultura digital”<sup>5</sup>.

Diante desse contexto no qual a vida social se reestrutura em torno das mudanças causadas pelos avanços tecnológicos, principalmente, no âmbito da informação e comunicação, as camadas mais baixas da sociedade estão à margem desse progresso tanto

<sup>4</sup> Para Lévy (1999), a cibercultura é o conjunto de práticas, valores e modos de sociabilidade que emergem a partir das tecnologias digitais interconectadas, produzindo novas formas de comunicação, interação e construção do conhecimento.

<sup>5</sup> Para Lemos (2002; 2009), a cultura digital é caracterizada pela ampliação das práticas comunicacionais mediadas pelas tecnologias digitais, produzindo novos modos de interação, produção e circulação de sentidos na sociedade.

por não serem detentoras de equipamentos tecnológicos quanto por não conhecerem os métodos empregados em sua utilização. Nesse sentido, Martini e Lucas (2009) argumentam que, sem considerar a inclusão digital como parte importante das políticas sociais, programas do governo que, sob o pretexto de reduzir custos, fazem uso de algum tipo de tecnologias para promover o acesso a políticas governamentais podem ampliar a desigualdade.

Desta forma, a educação está no centro dos processos de mudanças da sociedade, principalmente, porque ela tem o importante papel de socializar conhecimentos e habilidades que permitam aos cidadãos incorporar ao seu universo as possibilidades criadas pelo uso das tecnologias. Por isso, o processo de ensino e aprendizagem precisam estar sempre em constante atualização para estar em acordo com as práticas sociais geradas pelas mudanças do mundo em que vivemos. Diante desse contexto, esta pesquisa objetiva analisar a importância da educação dentro do contexto de inclusão digital como instrumento de garantia dos direitos sociais dos cidadãos.

Ademais, o presente estudo tem sua relevância social alicerçada na crescente digitalização de serviços públicos, que pode ampliar desigualdades caso não sejam asseguradas condições de acesso e formação digital à população, ocasionando o distanciamento dos cidadãos de direitos sociais básicos. Portanto, diante da relação existente entre as políticas sociais, inclusão digital e educação apontadas pelos autores, foi elaborado o seguinte questionamento: qual o papel da educação frente ao paradoxo emergente das tecnologias da informação e comunicação que permita a inclusão digital dos cidadãos e a garantia de direitos sociais básicos?

Após esta introdução será apresentado a metodologia empregada na investigação do tema e logo em seguida serão apresentados os resultados e discussões. Finalizando o estudo, será apresentado a conclusão do trabalho que apresentará uma reflexão sobre o tema em questão.

## 2 METODOLOGIA

Para a construção desse estudo foi realizada uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) do tipo Integrativa, pois segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p.133) o método

de Revisão Integrativa deve ser escolhido quando se quer realizar “[...] a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado”. A escolha desse método reside na amplitude do processo, pois permite a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e quase-experimentais, bem como a combinação de dados de literatura teórica e empírica, proporcionando uma compreensão mais completa do tema de interesse (Broome, 2000).

Conforme destacado por Mendes, Silveira e Galvão (2008), a Revisão Integrativa é um tipo de RBS que organiza os estudos científicos de um determinado sítio de pesquisa com a finalidade de compreendê-lo e a partir disso gerar novos conhecimentos em conformidade com os resultados já alcançados anteriormente. Portanto, pretendemos utilizar para o desenvolvimento da metodologia deste estudo pesquisas, que estejam alinhadas com o nosso tema, como fonte primária de conhecimento para compreender teorias, opiniões e conceitos já existentes acerca do assunto.

Para o levantamento dos estudos utilizados nesta Revisão Integrativa de literatura, realizou-se uma busca na base de dados dos periódicos da CAPES, por meio do acesso remoto ao conteúdo assinado a partir do acesso CAFe – Comunidade Acadêmica Federada, concedido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para instituições de ensino e pesquisa brasileiras Membros da Federação. Nessa pesquisa, foi utilizado o acesso pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos completos que abordam os assuntos no âmbito da Educação e artigos publicados e indexados no referido banco de dados nos últimos 5 anos. Foram utilizados os seguintes descritores na língua portuguesa: “Política social”, “Inclusão digital” e “Educação”. A amostra inicial foi composta por 161 resultados e, após utilização dos filtros preestabelecidos, foi reduzida para 6 artigos.

Foram seguidas as 6 etapas sugeridas pautadas no rigor metodológico sugerido por Galvão, Mendes, Silveira (2010) conforme a figura 1. As etapas deste método são: 1) elaboração da pergunta da revisão; 2) busca e seleção dos estudos primários; 3) extração de

dados dos estudos; 4) avaliação crítica dos estudos primários incluídos na revisão; 5) síntese dos resultados da revisão e 6) apresentação dos resultados.

Além disso, a seleção dos estudos seguiu um fluxo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme orienta o modelo PRISMA<sup>6</sup> para revisões, o que contribuiu para tornar o processo de seleção mais transparente e sistemático (Moher et al., 2009).

**Figura 1** – Etapas da revisão integrativa, Ribeirão Preto, São Paulo.



Fonte: Galvão; Mendes; Silveira, 2010.

Após a definição da amostra final, procedeu-se a uma análise temática dos estudos escolhidos, buscando identificar categorias recorrentes relacionadas à inclusão digital, cidadania e políticas públicas. Essa etapa possibilitou integrar os achados e construir uma síntese interpretativa alinhada ao objetivo da pesquisa.

### 3 RESULTADOS

<sup>6</sup> O modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) é um protocolo internacional utilizado para orientar a transparência e o rigor na seleção e apresentação de estudos em revisões sistemáticas e integrativas, por meio das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão (Moher et al., 2009).

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a Revisão Integrativa é a modalidade de RBS mais ampla dentre as revisões, pois permite que sejam compreendidos estudos experimentais não experimentais, além de permitir a inclusão teórica e empírica. Dessa forma, a amostra final para essa revisão foi composta por seis artigos, todos publicados em língua portuguesa e desenvolvidos no Brasil.

Nas buscas feitas no início de janeiro de 2023 na base de dados dos periódicos da CAPES, foram utilizados os seguintes descritores na língua portuguesa: “Política social”, “Inclusão digital” e “Educação”. Consequentemente, foram encontrados ao todo 161 artigos no sítio de pesquisa. Como houve um resultado muito amplo, foi feito um refinamento utilizando os filtros de pesquisa. Foram encontrados 36 resultados quando a pesquisa foi submetida aos filtros de indexação nos últimos 5 anos, idiomas inglês e português, revisado por pares e acesso aberto para leitura. Contudo, após a leitura dos títulos e resumos dos 36 artigos, somente 9 artigos foram selecionados para uma leitura mais aprofundada.

Após a leitura dos 9 artigos, somente 6 artigos foram selecionados para integrar o estudo proposto neste artigo. Os 3 artigos excluídos na seleção dos estudos primários ocorreram devido a falta de articulação entre as Políticas sociais e a Inclusão digital com a Educação. No quadro 1, estão relacionados os artigos que foram encontrados no Portal de Periódicos da CAPES e selecionados para compor o estudo em questão.

Quadro 1 - Artigos levantados no Portal Periódicos CAPES por meio dos descritores “inclusão digital”, “políticas sociais” e “educação”.

Título do artigo	Autores	Periódico (vol, nº, pág, ano)	Temática
Democratização na era digital: desafios para um diálogo consciente e igualitário.	Machado; Riveira	Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, p. 602-616, fev. 2018.	Este artigo se propõe a interpretar alguns dos aspectos trazidos pelo cenário digital ao exercício do poder, como a inclusão e a educação do cidadão, assim como a ampliação dos ambientes de debate e do controle do Estado.
Educação à distância como inclusão social nos	Santos.	Revista Educativa, v. 20, n. 3, p. 589-602, nov. 2018.	Este artigo trata da educação à distância como uma ação social e política que pode diminuir a

percursos da exclusão digital.			exclusão social colocando em discussão as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e a inclusão social por meio da educação.
Notas sobre a inclusão digital no espaço escolar à luz do uso dos memes.	Oliveira	Periferia, v. 11, n. 1, p. 214-230, fev. 2019.	Este artigo tem como objetivo refletir sobre a questão da inclusão digital na educação brasileira através das lentes do uso dos memes, abordando tanto os desafios da exclusão digital quanto o potencial dos memes para facilitar a reflexão sobre a dinâmica da sala de aula.
Estado, políticas educacionais e tecnologias frente às demandas do capitalismo contemporâneo.	Prazeres; Batista.	Revista Práxis Educacional, v. 15, n. 32, p. 378-391, mai. 2019.	O objetivo deste artigo é analisar o Estado e sua articulação na formulação das políticas educacionais voltadas para a inserção das tecnologias digitais na educação.
Política de inclusão digital para a educação como direito fundamental à cidadania.	Stecanella; Silva.	Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas, v. 8, n. 1, p. 106–116, aug. 2022.	Este artigo centraliza sua discussão nas políticas de inclusão digital como uma necessidade social para o exercício pleno da cidadania.
Políticas públicas de informação - um olhar para o acesso à internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro.	Franco	Em Questão, v. 27, n. 4, p. 61-83, set. 2021.	O objetivo desse artigo é identificar o cenário recente das ações do Governo Federal voltadas para a democratização do acesso à Internet no contexto nacional por meio de delineamento bibliográfico e documental.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível constatar que a inclusão digital é tratada como um elemento central para o fortalecimento da cidadania e para a ampliação das oportunidades de participação social. Os estudos convergem ao evidenciar que o acesso às tecnologias não se limita ao fornecimento de dispositivos ou conexão, mas envolve processos educativos capazes de desenvolver competências críticas e reflexivas nos sujeitos. Nesse sentido, a escola é compreendida como um espaço privilegiado para a mediação entre

os indivíduos e o universo digital, reforçando a necessidade de políticas educacionais articuladas a programas de inclusão tecnológica que considerem contextos socioculturais distintos e desigualdades históricas de acesso.

#### 4 DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados permite compreender que a inclusão digital se articula diretamente ao exercício da cidadania, na medida em que possibilita a participação dos sujeitos nos espaços sociais, culturais e políticos mediados pelas tecnologias. No entanto, o acesso às tecnologias não garante, por si só, essa participação. É necessário que o uso da internet seja acompanhado do letramento digital, compreendido como a capacidade de interpretar, produzir e interagir criticamente no ambiente digital (Coscarelli; Ribeiro, 2011; Lankshear; Knobel, 2011). Dessa forma, inclusão digital, cidadania<sup>7</sup> e letramento não são processos isolados, mas dimensões interdependentes de uma mesma formação social (Buckingham, 2005).

Nesse sentido, Machado e Rivera (2017) destacam que o letramento digital envolve habilidades e conhecimentos que permitem compreender e atuar nos conteúdos circulantes na internet, o que exige não apenas acesso técnico, mas condições culturais, sociais e educativas para seu uso pleno. Assim, a inclusão digital só se efetiva quando acompanhada de práticas formativas que favoreçam a participação ativa dos sujeitos na sociedade, possibilitando-lhes maior autonomia e controle sobre sua vida social.

Dessa maneira, faz-se necessário que as políticas públicas de inclusão digital devem ser constituídas e efetivadas considerando-se as condições sociais, culturais e econômicas particulares de cada comunidade, pois o nível de educação e compreensão do uso das tecnologias é um fator decisivo para o melhor aproveitamento dessas competências. Ou seja, a inclusão digital visa tornar os sujeitos agentes da sua própria realidade, participantes e produtores da remodelação social por meio do uso das tecnologias e da internet (Prazeres e

<sup>7</sup> Nesta investigação, entendemos cidadania como participação efetiva na vida social e política, envolvendo acesso a direitos e às condições materiais e simbólicas para exercê-los, incluindo a dimensão digital (Choi, 2016).

Batista, 2019). Quando isso não ocorre, temos a exclusão digital e social. Vale ressaltar que, na maioria dos casos, os grupos excluídos digitalmente são, na maioria, os mesmos sem acesso a recursos educativos, culturais e econômicos que lhes permitam o pleno exercício dos direitos sociais.

Para compreender a educação como vetor da transformação do sujeito-cidadão, é fundamental iniciar pelo entendimento do conceito de cidadania e suas implicações. A cidadania envolve um conjunto de responsabilidades morais e o pertencimento dos indivíduos a uma comunidade política específica, configurando-se como um elemento de identificação e inserção social. Nesse sentido, a educação é um processo contínuo de desenvolvimento humano que visa preparar o indivíduo para a vida em sociedade, contribuindo para a sua autonomia, crítica e participação ativa. Isso vai além do simples acúmulo de conhecimentos científicos e técnicos ou do domínio de habilidades; implica desenvolver uma postura coerente e responsável perante a vida social e seus desafios. Assim, a ação educativa tem como objetivo formar cidadãos aptos a intervir, transformar e construir a sociedade em que vivem de forma consciente e ética, promovendo a renovação social e política necessária para o fortalecimento da democracia e da inclusão cidadã (Prazeres & Batista, 2019).

Com o surgimento das tecnologias aliado à educação, assim como a sua necessidade social, surgiram necessidades que antes não eram essenciais, como a alfabetização digital. Ou seja, segundo Stecanella e Silva (2022), “[...] com as transformações tecnológicas, já não se pode considerar a alfabetização apenas como o conhecimento da língua, escrita e falada sem o digital, mas, sim, devemos considerá-las como processos complementares.”

Apesar dos avanços tecnológicos terem ampliado as possibilidades de acesso ao conhecimento no âmbito global, observa-se que uma parcela significativa da população brasileira permanece à margem dessas oportunidades. Isso porque nem todos os estudantes e professores dispõem de conexão estável à internet, equipamentos adequados ou competências técnicas para utilizar as plataformas digitais de forma plena. Os dados divulgados pela UNESCO (2020) durante o período pandêmico evidenciaram que a desigualdade de acesso às tecnologias se intensificou, afetando principalmente estudantes das

áreas rurais e periferias urbanas, o que revela um quadro estrutural de exclusão digital no país.

Vale ressaltar que foram identificadas dez iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal, no período de 2010 a 2019, com foco na ampliação do acesso à Internet no Brasil. Dentre elas, podemos destacar o Marco Civil da Internet (A Lei N° 12.965, de 23 de abril de 2014) que estabeleceu o acesso à Internet como um direito de todos, e o poder público como responsável pela capacitação para o uso da rede, inclusive por meio da prática da educação pública. A maioria das iniciativas trata de dois pontos principais: a infraestrutura para acesso à rede e a educação para o uso das tecnologias da informação e comunicação (Franco, 2021). Ambos os aspectos ainda aparecem como incitadores no contexto nacional, do ponto de vista de uma efetividade prática. Considera-se que as políticas públicas orientadas para inclusão digital devem ser constituídas e planejadas com foco no letramento digital e na independência digital da população.

Entretanto, o acesso à Internet, no contexto brasileiro, ainda não é universal e isso ficou evidente e foi fortemente revelado na crise de saúde causada pela pandemia do novo coronavírus, onde as atividades educacionais, devido à necessidade do isolamento social, foram atreladas ao acesso à Internet, e as dificuldades desse acesso e a insuficiente capacitação para o uso das tecnologias se apresentaram a alunos e professores, atingindo profundamente os já inseridos num cenário de desigualdades sociais. Para Lévy (1999), não basta estar diante da tecnologia; é preciso participar de forma ativa da inteligência coletiva que se forma no ciberespaço, compreendendo sua lógica e atuando nela de modo colaborativo. Faz-se necessário estar em condições de participar efetivamente do processamento de inteligência coletiva que representa o principal interesse do ciberespaço.

Apesar de vivermos em uma época marcada pela cultura digital, muitas vezes, não paramos para refletir sobre como as influências e consequências das novas tecnologias de informação e comunicação estão conectadas às nossas necessidades diárias. Sobretudo, se observamos que atualmente a inclusão digital, ou o acesso ao domínio da linguagem da informática e de suas possibilidades, é imprescindível para a participação do indivíduo no mundo social e do trabalho. Portanto, segundo (Oliveira, 2019) a escola tem um papel de

grande importância, não podendo ficar apartada das transformações causadas pelo estabelecimento tecnológico das últimas décadas e, sobretudo, não criando barreiras para que a inclusão digital atravesse seus muros. Estar conectado, nos dias de hoje, faz parte da rotina dos nossos educandos e tornou-se uma necessidade social. Por conseguinte, o sistema educacional precisa descobrir métodos para integrar essa nova conjuntura tecnológica, comunicativa e comportamental às atividades educacionais, de modo que o aluno aprenda a utilizar os aparelhos digitais como um meio para adquirir e construir conhecimento, além de favorecer o acesso a serviços sociais disponibilizados através da internet.

Para reforçar o que foi dito, Prazeres e Batista (2019) destacam que, na sociedade contemporânea, a informação assume papel estratégico, sendo vista como um recurso capaz de gerar vantagens e promover desenvolvimento. Esse movimento se sustenta no uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação, que tendem a reduzir as barreiras entre aqueles que possuem acesso aos meios digitais e aqueles que ainda permanecem excluídos, evidenciando a necessidade de políticas voltadas para a ampliação do acesso ao conhecimento.

Sob essa ótica, as políticas de educação, pensadas para inserir digitalmente parte marginalizada da sociedade, são inábeis, pois inserem aparelhos tecnológicos na escola sobrepondo aspectos meramente técnicos ou tecnológicos. Dessa forma, justifica-se a necessidade dessas políticas serem ponderadas de forma a proporcionar uma formação que não pregue somente demandas do mercado, mas ações que desenvolvam a plena formação do indivíduo e, ao mesmo tempo, estejam acima das lutas de classes e dos interesses do mercado para que sejam dirigidas aos interesses do indivíduo e da sociedade. (Prazeres & Batista, 2019).

Logo, a educação que atende à classe trabalhadora não é a que incorpora aparelhos tecnológicos para o uso técnico da tecnologia, mas sim, aquela que favorece a reflexão, que permite o cidadão se enxergar enquanto agente de valor, que politiza, que desaliena, que forma para a vida em qualquer sociedade. Segundo (Prazeres e Batista, 2019), essa instrução não se encontra em nenhuma organização de ensino pensada pelo Estado. É mais facilmente

encontrada nos movimentos sociais, nos partidos políticos e nas práticas pedagógicas de professores comprometidos com a transformação da sociedade.

A Educação a Distância (EaD) apresenta potencial para ampliar o acesso à educação, especialmente em regiões afastadas ou com oferta limitada de instituições presenciais. No entanto, como destacam Fernandes e Silva (2015), sua efetividade depende de condições materiais e pedagógicas que garantam acompanhamento, acesso contínuo à internet e formação digital adequada. Sem essas condições, a modalidade pode reforçar desigualdades em vez de reduzi-las, uma vez que os sujeitos com menos recursos tendem a enfrentar maiores dificuldades para acompanhar as atividades, participar e se apropriar dos conteúdos.

No contexto contemporâneo, marcado pela lógica capitalista, a oferta de tecnologias educacionais frequentemente é orientada pelo mercado, o que pode reduzir o sujeito à condição de mero consumidor de dispositivos e plataformas. Quando o acesso às tecnologias não é acompanhado de formação crítica, a inclusão digital corre o risco de se tornar apenas acesso técnico, sem a construção da autonomia necessária para transformar esse uso em participação social ativa. Como apontam Prazeres e Batista (2019), a inclusão digital não pode restringir-se à aquisição de equipamentos, mas deve considerar a formação integral do sujeito, possibilitando-lhe compreender, interpretar e agir sobre a realidade em que está inserido.

Desse modo, as políticas públicas, apartadas de uma ação social transformadora, não atendem às necessidades sociais do coletivo de indivíduos que os leve a uma condição de sujeitos. Ao contrário, atendem às necessidades do mercado, onde as formas superam a matéria, e os aparelhos são simples instrumentos de poder, cujo negócio sugere prover a carência tecnológica com equipamento muitas vezes arcaicos e descolados de um propósito pedagógico e social relevante (Santos, 2017).

Logo, a maioria das pessoas que têm acesso são meros usuários, com um número reduzido daqueles que realmente se apoderam dessas tecnologias na dimensão de seu sentido funcional, histórico, social e cultural. Dessa forma, é insuficiente pensar que o simples acesso às tecnologias irá contribuir com a inclusão social via inclusão digital. Entretanto, mesmo que ocorra a inclusão, ela se dará num território restrito no qual o estado de exclusão será

mantido pela dependência e permissão da parcela minoritária que é proprietária dos meios de produção e dos sistemas de representação social (Machado e Rivera, 2018).

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo da leitura dos artigos, podemos concluir que a internet pode ser considerada relevante ao exercício da cidadania, haja vista que o seu acesso se faz necessário nas atividades diárias dos sujeitos, garantindo a participação social e cultural. Entretanto, essa participação não ocorre de forma totalmente igualitária, uma vez que as plataformas digitais são mediadas por algoritmos que filtram e direcionam os conteúdos acessados, o que pode reforçar desigualdades no acesso à informação e limitar a circulação de vozes e perspectivas distintas (Lemes; Chiesse; De Marco, 2020).

Dessa forma, temos que a inclusão digital surge como novo direito indispensável diante do avanço das relações na internet, onde esse acesso igualitário e completo às tecnologias e à internet exige que ele venha complementado da educação e alfabetização digital para que os sujeitos possam entender e utilizar as informações e os conteúdos disponíveis nas plataformas digitais de forma a opinar e construir conhecimento, além de se sentirem partícipes da sociedade que atualmente encontra-se extremamente digital. Ou seja, a inclusão digital, que favoreça o pleno conhecimento e uso das tecnologias, depende de um processo que abrange múltiplos fatores, dentre eles podemos destacar fatores técnicos, sociais, culturais e intelectuais.

Entretanto, o acesso à Internet, no contexto brasileiro, ainda não é universal e isso tornou-se evidente com a pandemia do novo Coronavírus. Apesar de iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal, no período de 2010 a 2019, onde a maioria das iniciativas trata de dois pontos principais: a infraestrutura para acesso à rede e a educação para o uso das tecnologias da informação e comunicação, como um direito de todos, ainda existem situações de exclusão digital e social.

Salienta-se que, na maioria dos casos, os grupos digitalmente excluídos são, os mesmos sem acesso a mecanismos educativos, culturais e econômicos que lhes possibilitem

o pleno exercício dos direitos sociais. Nesse sentido, a educação se apresenta como uma ferramenta essencial para a inclusão digital, mediando na construção crítica e no empoderamento dos indivíduos em relação ao uso tecnológico. O desafio é que o sistema educacional inclua novas tecnologias em formas de ensino e aprendizagem que facilitem o aprendizado que explora os recursos digitais na construção do conhecimento e na ampliação do acesso aos serviços sociais

Portanto, apesar das tecnologias terem auxiliado na difusão do conhecimento, a nível mundial, tem-se que parte da população permanece à margem delas, pois nem todos os estudantes e professores têm acesso à internet, equipamentos, competências técnicas e condições de trabalho para acessar as plataformas disponíveis, as políticas públicas devem reconhecer a educação como componente central e estratégica da inclusão digital e social, estruturando ações que transcendam os interesses meramente mercadológicos e contemplam a formação integral dos sujeitos enquanto cidadãos críticos e agentes de transformação social.

Assim, para que a inclusão digital seja completa e capaz de promover a equidade, a política pública precisa definir qual deve ser a infraestrutura necessária e a alfabetização inclusiva e dependente do contexto, de acordo com a especificidade cultural, econômica e social das diversas comunidades brasileiras. Dessa forma, e somente assim, será possível também remover os obstáculos que continuam a deixar uma grande parte da população à margem do mundo digital e, como resultado, da participação social, política e cultural no mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Digital literacy**. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://literacy.ala.org/digital-literacy>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; · MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011. ISSN 1980-5756. Disponível em:

<http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BROOME, Marion. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: Rodgers BL, Knaf KA, editors. *Concept development in nursing: foundations, techniques and applications*. Philadelphia (USA): W.B Saunders Company; 2000. p.231-50.  
COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa. *Letramento digital: aspectos sociais e práticas escolares*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BUCKINGHAM, David. *Media education: literacy, learning and contemporary culture*. Cambridge: Polity Press, 2005.

CHOI, Myunghee. A concept analysis of digital citizenship: a systematic review. *Computers & Education*, v. 107, p. 106–122, 2016.

DOS SANTOS, Júlio César. Educação a distância como inclusão social nos percalços da exclusão digital. *Revista Educativa*, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 589-602, set./dez. 2017. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERNANDES, L. C. P.; SILVA, M. R. A Educação a Distância e os desafios da democratização no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 137, p. 921-937, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698117010>. Acesso em 12 ago. 2025

FRANCO, Ângela Halen Claro. Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro. *Em Questão*, v. 27, n. online, n. 4, p. 61-83, 2021. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245274.61-83>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *New Literacies: Changing Knowledge and Classroom Learning*. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

LEMES, Mariana Carolina; CHIESSE, Daniel Roxo de Paula; DE MARCO, Cristhian Magnus. ALGORITMOS: códigos invisíveis (d)e injustiça. *Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência*, Florianópolis, Brasil, v. 6, n. 1, p. 1–17, 2020. DOI: [10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2020.v6i1.6658](https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2020.v6i1.6658). Acesso em: 9 nov. 2025.

LEMOS, André. *Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André. *Cultura e Comunicação na Era Digital*. São Paulo: **Paulus**, 2009.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: **Editora 34**, 2009.

SOUZA, M. de; SILVA, M. da. Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein*, v. 8, p. 102–106, 2010.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos; RIVERA, Laura Nathalie Hernandez. Democratização na era digital: desafios para um diálogo consciente e igualitário. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v.7, n° 3, p. 601-616, 2017. Acesso em: 15 jan. 2023

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de revisão para sintetizar as evidências disponíveis na literatura. In: Brevidelli MM, Sertório SCM, eds. **Trabalho de conclusão de curso**: guia prático para docentes e alunos da área da saúde. São Paulo: Iátria; 2010:105-126.

MOHER, David et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. 1–6, 2009.

OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza. Notas sobre a inclusão digital no espaço escolar à luz dos memes. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 214-230, jan./abr. 2019. Acesso em: 15 jan. 2023

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos; BATISTA, Ilda Gonçalves. Estado, políticas educacionais e tecnologias frente às demandas do capitalismo contemporâneo. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, p. 378-391, abr./jun. 2019. Acesso em: 15 jan. 2023

STECANELLA, Elouise Mileni; SILVA, Rogério Luiz Nery da. Política de inclusão digital para a educação como direito fundamental à cidadania. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Encontro Virtual, v. 8, n. 1, p. 106 – 116, Jan/Jul. 2022. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134. Acesso em: 15 jan. 2023.

WHITEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 2005, v.52, n.5, p. 546–553, **Blackwell Publishing Ltd.**

UNESCO. **Educação e COVID-19**: recuperando-se do choque causado pela pandemia e reconstruindo melhor. Paris: UNESCO International Bureau of Education, 2020.

---

**Recebido em:** 5 de agosto de 2024

**Aceito em:** 17 de novembro de 2025

**Publicado online em:** 31 de dezembro de 2025